

CLARO COMO ÁGUA

Em 2010, a Assembleia-Geral das Nações Unidas reconheceu como DIREITO HUMANO_FUNDAMENTAL o acesso à água e saneamento. Portugal votou favoravelmente esta resolução honrando compromissos e práticas da República Portuguesa de longa data, bem evidenciadas no articulado do Decreto N° 5787 de 1919 quer quanto à garantia do uso das águas públicas quer quanto à preocupação, já presente, da defesa da qualidade das águas.

Com o 25 de Abril de 1974 e face à situação calamitosa de atraso herdada dos 48 anos do regime fascista, foram desencadeadas de imediato acções concretas voltadas para a melhoria das condições de vida das populações, por todo o país, envolvendo todos os meios disponíveis, incluindo os militares. E no que à água e saneamento diz respeito, com particular empenho e responsabilidade das autarquias locais. Deste esforço resultaria um salto qualitativo significativo que continuou e mesmo se consolidou, em consequência dos vultuosos investimentos canalizados para o sector.

Também assistimos à abertura do sector à gestão privada (que se encontrava bloqueada pela Lei de delimitação dos Sectores saída da Revolução de Abril) permitindo assim o início da mercantilização do Sector tão ao gosto e interesse dos defensores das teses neo-liberais dominantes na Europa e tão ao arrepio das obrigações do Estado Democrático na garantia do acesso à água a todos os cidadãos enquanto bem essencial para o usufruto do direito à vida.

Contudo e apesar do domínio avassalador do mercantilismo predador, a nível planetário, a luta da humanidade pelo DIREITO AO FUTURO continua e o Mundo avança.

Estamos a viver tempos difíceis, a somar aos muitos problemas que não foi possível resolver em todos estes 36 anos passados sobre aquele que foi o tempo de todas as esperanças.

Porquê? As respostas a esta questão serão seguramente o património com o qual haveremos de construir o futuro: o futuro que então sonhámos e lembramos com imensa saudade.

Nesse futuro, não cabiam situações como as que estamos a viver hoje: o crescente número de desempregados ultrapassando já os 13% da população activa; a dramática situação de muitos casais jovens com dificuldades em solverem os seus compromissos financeiros com as instituições de crédito à habitação; a avalanche de jovens à procura do primeiro emprego; etc etc.

Em Sintra, que é muito provavelmente, já hoje, o maior município do país, com 400.000 habitantes – fruto dum crescimento acelerado e pouco ou mesmo nada planeado durante as últimas décadas do séc. XX – crescem ainda todas as consequências desse crescimento anárquico: ao nível das acessibilidades, dos transportes, dos equipamentos culturais e desportivos, dos equipamentos de saúde, em suma, ao nível da qualidade de vida e do ambiente.

E este imenso potencial também se reflecte nos SMAS, onde numa estrutura pública de distribuição de água, se luta diariamente pela resolução

dos problemas da população. Por isso, há bem pouco tempo iniciou-se a resolução de três problemas:

- O melhoramento da rede de água de Algueirão-Mem Martins, pela importância que esta obra tem para a freguesia na melhoria das condições de vida da população, num investimento de 3 milhões de euros;
- A renovação sistemática das redes de abastecimento de Água (Monte Abraão, Casal do Olival em Massamá, a que se seguirão Rio de Mouro Rinchoa e Queluz). Os reflexos ao nível da redução das perdas de água e da diminuição dos custos de manutenção consequentes das frequentes roturas a que as redes existentes envelhecidas (algumas com mais de 40 anos) estão sujeitas a consequente melhoria da eficiência dos Serviços e da sua sustentabilidade técnico-económica, são objectivos estratégicos sempre presentes.
- E finalmente, a continuação da obra da conduta de 1000 ml, num investimento de mais de 10 milhões de euros.

Para trás ficaram também já grande parte dos custos elevadíssimos com a colmatação das roturas e as perdas de água associadas. (A título meramente indicativo relembra-se que os valores estimados para aqueles custos em 2007 eram de 1 milhão e 250.000 € /anuais para a reparação de roturas e 421.000 €/anuais para as perdas de água).

Para trás fica o tempo da incapacidade de responder aos principais desejos da população: água pública. A isto se deve o facto dos SMAS continuarem um serviço público de água e abastecimento, o qual funciona em pleno graças à dedicação dos trabalhadores dos SMAS, que com dedicação e

persistência garantem com segurança, qualidade e fiabilidade o Abastecimento de Água ao concelho de Sintra.

Porque assim o queremos todos e vamos conseguir. Porque se aposta nos SMAS num serviço mais amigo do ambiente, mais sustentável e mais solidário; porque ele um serviço público fundamental no reforço da identidade do município e na defesa da promoção e divulgação por todos os munícipes da nossa riqueza ambiental, paisagística e cultural. Porque ele é um serviço público, de todos e para todos. Porque apostou nos seus trabalhadores e nas nossas capacidades.

Viva a água pública! Viva os SMAS de Sintra!